



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a Parte

Audição do Presidente da IP-Infraestruturas de Portugal, sobre o Programa Ferrovia 2020 (requerimento do PSD)

2.^a Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 6, referente à reunião de 11 de dezembro de 2019
 2. Apreciação e votação do relatório sobre o Projeto de Lei n.º 70/XIV/1.^a (PCP) - "Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT"- Relator: Deputado Ricardo Leão (PS)
 3. Apreciação e votação do relatório sobre o Projeto de Lei n.º 84/XIV/1.^a (BE) - "Estabelece o regime para a nacionalização dos CTT"- Relator: Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
 4. Organização dos trabalhos da Comissão
 5. Outros assuntos
-



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

1ª Parte

Audição do Presidente da IP-Infraestruturas de Portugal, sobre o Programa Ferrovia 2020 (requerimento do PSD)

O Senhor Presidente da Comissão iniciou aos trabalhos cumprimentando o Senhor Presidente da IP, Engenheiro António Laranjo, bem como a restante equipa que o acompanhava, constituída pelos Senhores Engenheiros Carlos Fernandes (Vice-Presidente da IP), Rosário Rocio (Diretora de Comunicação e Imagem da IP), Pedro Pais (Diretor de Planeamento Corporativo e Controlo de Gestão), Filipe Rodrigues (Diretor de Departamento de Monitorização de Empreendimentos) e Carlos Silva (Diretor de Departamento do Planeamento e Programação), dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da IP, o qual iniciou a sua intervenção, utilizando, para o efeito, uma [apresentação](#).

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), Hugo Costa (PS), Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP), Assunção Cristas (CDS-PP) e Cristina Rodrigues (PAN), finda a qual procedeu o Senhor Presidente da IP ao esclarecimento conjunto das questões colocadas.

No decorrer da primeira ronda de perguntas, assumiu a presidência da reunião o Senhor Vice-Presidente Deputado Pedro Coimbra, tendo o Presidente da Comissão reassumido a presidência ainda antes do término daquela ronda.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Sofia Matos (PSD), Hugo Oliveira (PS), Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP), Assunção Cristas (CDS-PP). O Senhor Presidente da IP respondeu ao conjunto das intervenções.

Na terceira ronda, intervieram os Senhores Deputados Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Cristina Moreira (PS), Bruno Dias (PCP), Filipa Roseta (PSD), Nuno Fazenda (PS), Bruno Dias (PCP), Cristóvão Norte (PSD) e Marina Gonçalves (PS), na senda da qual usou o Senhor Presidente da IP para responder ao conjunto das questões colocadas.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

Na ausência de intervenções adicionais, deu o Senhor Presidente da Comissão por terminada a audição, agradecendo ao Senhor Presidente da IP e à sua equipa a sua presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata, podendo ser consultada na página da Comissão na Internet.

2ª Parte

1. Apreciação e votação da ata nº 6, referente à reunião de 11 de dezembro de 2019

O Senhor Presidente submeteu à votação a ata n.º 6/XIV/1.ª SL, referente à reunião de dia 11 de dezembro de 2019, a qual foi aprovada por unanimidade.

*

Previamente à apreciação e votação dos pontos 2 e 3, da segunda parte da Ordem do Dia (OD), procedeu o Senhor Presidente da Comissão à exposição de um tema conexo com aqueles Projetos de Lei.

Começou o Senhor Presidente da Comissão por dar conhecimento de que, na sequência da solicitação feita por Deputados da Comissão de obtenção do acesso ao relatório de Auditoria da Evolução do Serviço Postal Universal, efetuado pela Inspeção Geral das Finanças (IDF), transmitiu essas solicitações, mediante requerimento, ao Presidente da Assembleia da República (PAR). O PAR, por sua vez, informou, por despacho, que o referido relatório se encontrava na posse da 5ª Comissão e que, considerando a natureza confidencial do mesmo, a transmissão da informação nele contida deveria ocorrer mediante articulação entre o Senhor Presidente da Comissão e o Senhor Presidente da 5ª Comissão.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

Dessa articulação resultou que o acesso ao relatório seria dado pelo Senhor Presidente da 5^a Comissão, exclusivamente, ao Senhor Presidente da Comissão e que caberia a este último determinar os termos e a quem daria conhecimento ou acesso ao conteúdo do dito relatório.

O Senhor Presidente da Comissão finalizou os esclarecimentos informando que, uma vez recebido aquele documento se disponibilizaria a dar conhecimento do mesmo, aos Senhores Deputados, não obstante, o cumprimento das formalidades inerentes a matérias classificadas, que o mesmo pudesse incluir.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), pronunciou-se este pela necessidade de se estabelecerem os critérios e fundamentos que determinam a classificação, total ou parcial, de determinados documentos, especialmente aqueles que resultem de uma solicitação da Assembleia da República (AR), sob pena da ação desta última ficar comprometida. Nesse sentido, concluiu que a transmissão do dito relatório deveria ser realizada através dos métodos e serviços adequados da AR.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE), tomando da palavra, informou que, sopesasse a utilidade que as informações contidas no referido relatório pudessem vir a ter no debate em Plenário, a ter lugar no dia seguinte, estranhou o método de transmissão do mesmo. Terminou invocando, para efeitos comparativos, os trâmites, predefinidos, que são utilizados, para o tratamento de informação classificada, em sede de comissões de inquérito.

Por sua vez, o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) evidenciou a necessidade de, futuramente, se assegurar, relativamente a todo o tipo de matérias, o conhecimento atempado das mesmas, de forma a que os Senhores Deputados pudessem formar livremente a sua opinião. Ressaltou, adicionalmente, a necessidade de a AR averiguar o grau de confidencialidade dos documentos que recebe. Por fim, sugeriu que fossem os serviços da Comissão a disponibilizar a consulta do relatório.

O Senhor Presidente interveio para salientar que embora a Comissão tivesse feito tudo ao seu alcance para obter o acesso ao relatório, entendia também que seria difícil



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

analisá-lo devidamente, em menos de um dia, até ao debate em Plenário, manifestando, de qualquer forma, o seu respeito pela decisão que viesse a ser tomada pela Comissão sobre essa matéria.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), sublinhou este que o acesso ao relatório não era condição indispensável para o debate que se realizaria, no dia seguinte, em Plenário. Não obstante, deveria ser delineada uma solução de curto prazo, que permitisse aos serviços da AR disponibilizar o relatório para ser consultado pelos Grupos Parlamentares (GP) e uma solução de longo prazo que passaria por, em coordenação com a 5.^a Comissão e, eventualmente, com o PAR, determinar quais os mecanismos adequados à delimitação das matérias do relatório que são consideradas de natureza classificada das que têm natureza pública.

2. Apreciação e votação do relatório sobre o Projeto de Lei n.º 70/XIV/1.^a (PCP) - "Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT"- Relator: Deputado Ricardo Leão (PS)

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) expôs, de forma resumida, o conteúdo parecer, sublinhando a existência de outras iniciativas pendentes sobre o mesmo tema, as quais seriam, também, objeto de debate, na reunião de Plenário do dia seguinte. Salientou que a nível de impacto orçamental se deveria salvaguardar a aplicação da Lei Travão. Reservou a sua opinião para o debate em reunião Plenário, a ter lugar no dia seguinte e concluiu que o projeto preenchia todos requisitos necessários para ser apreciado e submetido a votação, em reunião de Plenário.

Submetido o parecer a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP PEV.

3. Apreciação e votação do relatório sobre o Projeto de Lei n.º 84/XIV/1.^a (BE) - "Estabelece o regime para a nacionalização dos CTT"- Relator: Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

O Senhor Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) expôs, nos seus termos, o conteúdo do parecer, salientou a existência de outras iniciativas sobre o mesmo tema, reservou a sua opinião para o debate em Plenário, agendado para o dia seguinte e conclui que o projeto preenchia todos requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários à sua tramitação, pelo que deveria ser apreciado em Plenário.

Submetido o parecer a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP PEV.

4. Organização dos trabalhos da Comissão

O Senhor Presidente, tomando da palavra informou que, em sede de reunião de Mesa e Coordenadores foram discutidos um conjunto de procedimentos referentes ao funcionamento dos trabalhos da Comissão, designadamente:

- I. Relatórios de entidades reguladoras e Pareceres de indigitados para membros de CA:
 - Nomeação de Relator pelo método d'hondt.

- II. Agendamento de Reuniões:
 - Reunião Ordinária, quarta-feira pelas 10h00.

 - Reuniões no âmbito de audições, audiências e GT:
 1. terça-feira de manhã;
 2. quarta-feira pelas 14h00;
 3. após reunião de Plenário no âmbito de Debate Quinzenal.

- III. Requerimentos:
 - Requerimentos recebidos após envio da OD, apenas são discutidos caso aja consenso.

 - Critérios para agendamento das audições:
 1. Data de entrada;



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

2. Em função da urgência da matéria, aprovado em Plenário da Comissão.
- IV. Pedidos de pronúncia:
- Aplicável a mesma grelha de distribuição das Iniciativas Legislativas.
- V. Projetos de Resolução:
- Se o GP pretender discutir o PJR em Comissão, os Serviços aguardam a indicação por parte do GP para incluir na OD.
 - Tramitação em Comissão dos PJR:
 - 1.º Momento – Discussão dos PJR após 15 dias da sua baixa à Comissão;
 - 2.ª Momento – Na fase de discussão só pode ocorrer um pedido adiamento, requerido por qualquer GP. Posteriores solicitações de adiamento só podem suceder com consentimento do proponente.
 - Grelha de tempos para discussão de PJR em Comissão:
 - 5' para apresentação, 5' a cada GP (exclui GP proponente), eventual 2.ª ronda com 2' a cada GP, 3' finais para o proponente encerrar.
- VI. Audiências:
- As audiências solicitadas à Comissão serão concedidas em reunião de Mesa e Coordenadores, liderada por um Vice-Presidente com representação de todos os GP. Serão informados todos os Deputados efetivos e suplentes para estarem presentes na audiência, se o entenderem.
 - Grelha de tempos para Audiências em Comissão:
 - 10' ao proponente para apresentação, 3' a cada GP, 10' finais para o proponente encerrar.
 - Critérios para agendamento das audiências:
 - a. Data de entrada;



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

b. Em função da urgência da matéria, aprovado em Plenário da Comissão.

VII. Grupos de Trabalho:

- A distribuição do Coordenador do GT ocorre pelo método d'hondt.

- Os GT com processo legislativo têm mandato para preparar projeto de texto final e votação indiciária, para serem ratificados em reunião da Comissão.

VIII. Petições:

- A nomeação de Relator ocorre pelo método d'hondt.

- Grelha de tempos para Audição de Peticionários em Comissão:
 - 10' ao proponente para apresentação, 3' a cada GP, 10' finais para o proponente encerrar.

IX. Visitas e deslocações a reuniões ao estrangeiro:

- Grelha de distribuição em Comissão por rotação simples. Em caso de indisponibilidade segue o seguinte na lista.

X. Escrutínio de Iniciativas Europeias:

- A nomeação de Relator ocorre pelo método d'hondt.

XI. Elaboração de Relatórios:

- Conta Geral do Estado – O.E. – Grandes Opções do Plano (GOP) – Participação de Portugal na EU – PTCE
- A nomeação de relator para elaboração dos supramencionados pareceres e relatórios ocorre pelos dois maiores GP, com respeito pelo princípio da alternância.

Submetidos os procedimentos a votação, foram os mesmos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do GP PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

5. Outros assuntos

Baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:

O Senhor Presidente da Comissão, tomando da palavra, deu conhecimento das iniciativas que baixaram à Comissão:

- Projeto de Lei n.º 157/XIV/1ª (PCP) - “Alteração ao Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação” – cabendo ao GP PS a nomeação de relator, foi nomeada a Senhora Deputada Cristina Moreira (PS).

- Proposta de Lei n.º 4/XIV/1.ª (Governo) – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020” – cabendo ao GP PS a nomeação de relator, foi nomeado o Senhor Deputado Hugo Costa (PS).

- Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (Governo) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2020” – cabendo ao GP PS a nomeação de relator, foi nomeado o Senhor Deputado Hugo Costa (PS).

- Proposta de Lei n.º 6/XIV/1.ª (Governo) – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023” – no respeitante a esta Proposta de Lei informou o Senhor Presidente que a mesma baixou também à 5ª Comissão, que é a Comissão competente e salientou que a emissão do parecer relativo a esta Proposta de Lei é facultativa.

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) opinou que sendo da 5ª Comissão a competência de elaboração do parecer o GP PSD não via particular utilidade em realizá-lo.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS), por sua vez, informou que o GP PS partilhava da mesma opinião que o GP PSD.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

Concluiu o Senhor Presidente da Comissão que, sendo o parecer facultativo e atendendo às posições expressas, o mesmo deveria ser realizado pela 5ª Comissão.

Fixação da Redação Final referente ao Projeto de Resolução 102/XIV/1.ª (BE) –
“Recomenda ao Governo a efetiva aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) em todo o território nacional”.

Tendo sido dada a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires (BE) para se pronunciar sobre a redação final do Projeto de Resolução 102/XIV/1ª (BE), expressou esta a sua concordância com a redação final do mesmo e, não existindo mais intervenções, considerou-se o mesmo afixado.

Baixaram à Comissão os Projetos de Resolução:

O Senhor Presidente da Comissão, usando da palavra, deu conhecimento dos projetos de resolução que baixaram à Comissão:

- n.º 161/XIV/1.ª (PCP) – “Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos”;

- n.º 162/XIV/1.ª (PCP) – “Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes”;

- n.º 163/XIV/1.ª (PCP) – “Pelo investimento e gestão pública na rede viária fundamental – reinício urgente das obras do IP2 e IP8 e fim da PPP rodoviária Baixo Alentejo”;

- n.º 165/XIV/1.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo suspenda as obras no Porto de Setúbal até conclusão de questões ambientais e económicas”;

- n.º 168/XIV/1.ª (BE) – “Moratória à venda ou cessão de património do Estado em cidades em carência habitacional”.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

Baixaram à Comissão sem votação, por 60 dias, os seguintes Projetos de Lei:

O Senhor Presidente da Comissão, tomando da palavra, deu ainda conhecimento das iniciativas que baixaram à Comissão sem votação, por 60 dias:

- n.º 37/XIV/1 (PCP) – “Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada”;
- n.º 116/XIV/1 (PAN) – “Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos”;
- n.º 119/XIV/1 (BE) – “Alarga o prazo de garantia na venda de bens móveis de consumo (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril)”;
- n.º 120/XIV/1 (PEV) – “Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (Alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 08 de abril)”.

O Senhor Presidente da Comissão tomou da palavra para informar que, no respeitante à audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação, requerida pelo GP BE, se solicitou ao Senhor Ministro que a mesma se realizasse no dia 18 ou 19 de dezembro, tendo o Senhor Ministro, em resposta, proposto o dia 3 de janeiro de 2020, pelo que se a Comissão concordasse com o dia proposto pelo Senhor Ministro, teria de se definir uma hora a ser comunicada.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) usando da palavra manifestou a sua concordância com a realização da audição no dia 3 de janeiro. Sugeriu, por fim, que havendo essa possibilidade, a audição deveria recair sobre outras matérias de interesse, como seja a habitação.

Por seu turno, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), propôs que, caso a audição tivesse lugar no dia 3 de janeiro de 2020, ocorresse na parte da manhã.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) tomou da palavra para sugerir uma solução de compromisso que passaria pela realização de uma audição da parte da manhã e uma da parte da tarde, o que acautelaria que todos os requerimentos e respetivas matérias fossem devidamente examinados.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS), tomando da palavra, propôs que a audição ao Ministro se realizasse numa única sessão, pelas 14 horas, no dia 3 de janeiro de 2019.

O Senhor Presidente da Comissão, por sua vez, sugeriu que os relatórios sobre o Orçamento de Estado fossem apresentados na audição ao Senhor Ministro a ter lugar no dia 3 de janeiro, proposta essa que foi aceite pelos Senhores Deputados.

Nesse seguimento, ficou acordado que seria proposto ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação realizar a sua audição pelas 14 horas de dia 3 de janeiro de 2019,

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), tomando da palavra, destacou a existência daquilo que entende ser uma gralha no elenco das competências alocadas à Comissão, uma vez que, das mesmas consta, a política de cidades, a qual não é da competência da Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão elucidou que essa questão seria devidamente resolvida e, concluindo, sugeriu aos Senhores Deputados a consulta da súmula da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, realizada no dia 11 de dezembro 2019.

A reunião foi encerrada às 14:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.^a SL

Palácio de São Bento, 27 de dezembro de 2019.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO TOPA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Topa
Assunção Cristas
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristina Jesus
Cristina Moreira
Cristina Rodrigues
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Filipa Roseta
Hugo Costa
Hugo Martins de Carvalho
Hugo Oliveira
Isabel Lopes
Isabel Pires
Jorge Salgueiro Mendes
Maria Manuel Rola
Nuno Fazenda
Pedro Coimbra
Ricardo Leão
Sofia Matos
Afonso Oliveira
Carlos Silva
Eduardo Teixeira
Márcia Passos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Hugo Carvalho
José Luís Ferreira